

A Interculturalidade na escola indígena

Ignês Tereza Peixoto de Paiva
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

A educação pode ser um dos instrumentos pedagógicos sociais para construir as relações interculturais, baseadas no diálogo entre as culturas. Mediante a esses pressupostos, o artigo busca compreender a escola indígena na Barreira das Missões de Baixo, em Tefé/AM, Brasil, enquanto espaço organizacional que se constitui através das inter-relações humanas, sociais, profissionais e pedagógicas, proveniente dos diversos discursos presentes no processo de construção do conhecimento.

Palavras-chave: Cultura, Identidade e Interculturalidade, Educação Indígena.

Abstract

Education can be one of the social pedagogical tools to build intercultural relations based on dialogue between cultures. Upon these assumptions, the article seeks to understand the indigenous school in Mission Low Barrier in Tefé / AM, Brazil, while organizational space constituted by means of inter-human relations, social, professional and educational, from the different discourses present in the process of knowledge construction.

Keywords: Culture, Identity and Interculturalism, Indigenous Education.

Introdução

A Constituição de 1988, sem dúvida, é o marco diferencial na formulação da nova concepção nas relações entre Estado e povos indígenas ao reconhecer e valorizar a sociodiversidade indígena e atribuir à União o dever de proteger suas manifestações culturais. No âmbito da educação escolar, ficaram consagrados princípios da interculturalidade, da valorização das línguas maternas às diferentes realidades sociolinguísticas nas práticas curriculares e pedagógicas e uma densa reflexão sobre a relação escola e projetos societários das comunidades indígenas.

O artigo pretende contribuir para uma reflexão sobre a interculturalidade na escola indígena e para que os povos indígenas encontrem um lugar digno no mundo contemporâneo mantendo línguas e tradições, e repassando-as às novas gerações. Isso será possível na medida em que eles puderem decidir seus próprios caminhos, a partir de relações mais equilibradas com o mundo fora da aldeia, assentadas, sobretudo, no respeito às suas concepções nativas. Edificar escolas indígenas poderá também contribuir para esse processo de autonomia cultural fazendo, sem dúvida, parte dos diferentes projetos de futuro dos povos indígenas no Brasil.

O interesse central deste artigo consiste em analisar o diálogo intercultural

na prática pedagógica dos professores na escola indígena Santa Cruz na Barreira das Missões de Baixo, município de Tefé, Amazonas, investigando discursos presentes no processo de construção do conhecimento, verificando o grau de discriminação e a representação psicossocial que desenvolvem os atores, um em relação ao outro, professores indígenas e professores não indígenas, e como essas representações se refletem na sala de aula com os alunos, através do currículo, da linguagem, da avaliação e da prática educativa.

Para melhor entender as experiências educacionais no cenário das culturas indígenas, é importante que se destaquem alguns princípios norteadores em um referencial teórico que articula os conceitos de cultura, identidade, interculturalidade e educação indígena, como prática pedagógica vivenciada no contexto da Escola Indígena Santa Cruz, localizada em uma área a aproximadamente 23 km do município de Tefé/AM, a margem direita do rio Solimões, nas terras altas da barreira das missões de baixo.

A pesquisa foi realizada na escola com professores, alunos, pais e comunidade com base em uma análise crítica sobre o diálogo intercultural da escola indígena, a partir de uma perspectiva socioantropológica do cotidiano educacional, e de suas inter-

relações humanas, sociais, culturais, profissionais e pedagógicas proveniente da cultura, mediante as diversidades apresentadas pelos grupos que estão inseridos na escola e a situação de interculturalidade.

Contexto histórico dos povos Kokama

Tidos como quase extintos cultural e fisicamente, a etnia kokama vem resistindo em meio a processos de reafirmação étnica, exigindo o reconhecimento de suas identidades e revitalização de suas culturas por parte do governo brasileiro.

Os kokama da barreira das missões vieram do Amazonas peruano localizados no Ucayali entre as cidades de Iquitos e Contamana, no início do século XX, nas proximidades da cidade de Caballoça. Com a decadência da extração da borracha, os europeus jesuítas passaram a utilizar a mão de obra indígena. Eles se sentiram acuados e, não querendo trabalhar para os europeus, migraram para o alto Solimões (município de Benjamin Constant), chegando no município de Tefé por meado de 1979.

Os kokama vivem na barreira das missões de baixo. São 233 indígenas, sendo 36 famílias em 32 casas construídas de madeiras. Eles se firmaram na barreira das missões de baixo por ser terra firme, terra que antes pertencia a prelazia de Tefé. Foi

uma luta pela garantia dos direitos a conquista da terra.

O povo Kokama, em toda a sua história, tem demonstrado sua riqueza cultural através do desenvolvimento de vários acontecimentos, entre eles destacam-se: o ajuri, que consiste no trabalho coletivo de diversos grupos familiares seguido de refeição conjunta e consumo de bebida tradicional, o pajuaru, feita a partir da fermentação da mandioca. Vivem da pesca da agricultura e algumas famílias criam animais silvestres.

A questão da diversidade cultural na educação escolar indígena

Montenegro (2006) afirma que “cultura é um conjunto de padrões de conduta e controle que atuam principalmente por meio de símbolos e orientam a forma com que os homens enxergam o mundo e as outras pessoas que os cercam”. Então é através dos símbolos que o homem transmite seus conhecimentos durante varias gerações. Geertz (1989) interpreta que cultura são concepções expressas em formas simbólicas por meio das qual o homem se comunica e desenvolve o seu conhecimento.

O conceito de cultura é fundamental na construção de uma escola indígena, que leve em consideração o modo de vida no cotidiano, as relações entre as pessoas e todo

o produto do convívio humano. A cultura constitui para a humanidade patrimônio de diversidade, no sentido de apresentar soluções de organização do pensamento e exploração de um meio social e natural.

Segundo Lévi-Strauss, “a diversidade das culturas humanas é, de fato no presente e também de direito no passado, muito maior e mais rica do que tudo aquilo que delas pudermos chegar a conhecer”(1989, 331).

Não podemos esquecer que a cultura do povo indígena vem acompanhando a história da humanidade. Mas em muitas etnias a sociedade ocidental tem influenciado muito para que as características culturais indígenas sejam esquecidas predominando a cultura ocidental.

Na escola Indígena Santa Cruz na Barreira das Missões de Baixo, por não ter professores indígenas atuando nas salas de aulas, a cultura indígena precisa urgentemente ser revitalizada e valorizada pela comunidade e pela própria escola, levando em conta os problemas sociais culturais e políticos inseridos no contexto.

Revitalizando a identidade cultural

Os grupos indígenas têm demonstrado capacidade de resistência na reelaboração contínua do seu patrimônio cultural a partir dos valores próprios da sua sociedade. Assim, podemos considerar que a identidade

cultural é uma busca permanente, em constante movimento, é construída, definida historicamente, independente da origem biológica, ou seja, é um processo consciente adquirido na medida em que ele é influenciado pela sua pertença a um grupo ou cultura.

Montenegro (2006) nos diz que “a identidade se estabelece a partir da alteridade tendo a diferença como categoria fundamental” (p. 89). Essa autora em seu conceito é bem clara, pois a identidade assume significados específicos conforme os sujeitos, as relações sociais e os contextos históricos em que se deslocam. Se a cultura é dinâmica, logo, então, assumimos diferentes identidades étnicas.

Com a etnia Kokama no município de Tefê a etnia, ao longo do tempo e devido às imposições da sociedade ocidental, assimilou outros saberes que foram incorporados ao seu contexto, não falando mais sua língua e suas práticas culturais. Hoje essa etnia busca a revitalização de sua cultura e identidade mediante aos conflitos sociais e culturais.

É possível observar que na escola indígena Santa Cruz, os professores que não são indígenas privilegiam a cultura ocidental no processo educativo, não articulam os processos mais complexos de afirmação e constituição da identidade Kokama, no âmbito da comunidade.

Weigel (2000) afirma que

[...] o processo de constituição da identidade, no âmbito das sociedades modernas, é, assim, um processo de aprendizagem, em que o grupo desenvolve novas lógicas e estruturas de racionalidade latentes na sua tradição, cultural, recriando e modificando valores, normas e preceitos morais, para solucionar problemas criados por novas formas de integração social que passamos a viver (p. 127).

Tem que haver interesse de se formar nova identidade, onde as linguagens culturais possam articular com demais culturas com respeito às diferenças.

A interculturalidade na escola indígena Santa Cruz

Na final da década de 1990, através do Parecer 14 e da Resolução 03, do Conselho Nacional de Educação, interpretando dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 e da Constituição Federal, instituiu-se a criação da categoria escola indígena nos sistemas de ensino do país.

Uma escola voltada a atender necessidades de comunidades indígenas levando-se em consideração estruturas sociais, práticas socioculturais e religiosas, atividades econômicas, formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem, além do uso de materiais didático-pedagógicos

produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena e diálogo intercultural entre culturas.

O diálogo intercultural é a abertura para que as diferentes vozes existentes se possam fazer ouvir. Trata-se de criar um ambiente onde as pessoas interajam naturalmente umas com as outras, sem distinção de raça ou na religião. A interculturalidade como categoria constitutiva da escola indígena é questão pertinente, dada a importância de se considerar a autonomia dos povos indígenas.

A Escola Indígena Santa Cruz não difere dos preceitos discutidos na literatura, pois representa uma reprodução da escola ocidental, anulando a diferença étnica ao se incorporar meramente os Kokama à sociedade ocidental. No ambiente se instala a problemática da interculturalidade.

A dificuldade diagnosticada no espaço educacional está relacionada à falta de atuação de professores indígenas, dificultando o diálogo intercultural no ensino aprendizagem. Não tem sido priorizada a diversidade cultural e linguística fazendo com que a escola indígena seja um instrumento de negação da diferença.

A Escola Indígena Santa Cruz atendia nos três turnos duas turmas da educação infantil, oito turmas do ensino fundamental e duas turmas do EJA, contando com a

matrícula inicial de 195 alunos das etnias Kokama, Ticuna e Kambeba. Devido a conflitos sociais nas etnias Ticuna e Kambeba, a escola absorveu alunos Ticuna no seu quadro escolar.

A condição econômica não é favorável. A maioria dos pais indígenas são agricultores e pescadores. A escola possui um quadro de professores pós-graduados, graduados e graduandos não indígenas, o que aponta ao desrespeito da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e da Resolução 03/99, a qual nos seus artigos 7º e 8º específica a formação e a atividade docente na escola indígena.

Dentro do contexto de uma educação intercultural, podemos analisar que não está havendo diálogo na prática pedagógica dos professores, que por não serem docentes indígenas desconhecem princípios pedagógicos da proposta indígena. O que se percebe ainda é que a comunidade, pela proximidade da urbe, é influenciada por imposições culturais dominantes. As formas simbólicas estão sendo ressignificadas pela cultura ocidental.

Crê-se que a Escola Indígena Santa Cruz está sobre pressão da sociedade urbanizada em aspectos sociais e culturais. Outro ponto é que a instituição não está organizada como escola indígena e não possui projeto político-pedagógico, além de

seu planejamento não estar voltado a especificidades da escola indígena.

No ambiente, não se dispõe de materiais didáticos específicos, livros, cartilhas que retratam a cultura simbólica das etnias, o que faz com que a escola se distancie das origens. Em relação aos currículos não é diferente, o ensino aprendizagem parte da construção do conhecimento de uma forma global, não inter-relacionando conhecimentos tradicionais dos povos.

Considerações finais

É preciso exigir mudanças de perspectiva na comunidade. É necessário uma escola indígena de fato, inserida na comunidade educativa e voltada a atender necessidades das populações do entorno. Na escola indígena Santa Cruz não está havendo diálogo intercultural para a construção do conhecimento. Os discursos presentes no cotidiano da escola são os mesmos de uma escola normal da cidade, ou seja, ela não está dentro das características de uma escola indígena.

A escola Santa Cruz deve buscar a revitalização do seu processo histórico e entrelaçamento de saberes, mas sozinha não tem força emancipatória e não tende a produzir autonomia. Faz-se mister a

construção de projetos políticos e culturais, buscando perspectiva simbólica e social.

A verdadeira escola indígena será aquela pensada, elaborada e gerenciada pelo povo indígena, de acordo com seus anseios, expectativas e modos de organização.

“A participação da comunidade na elaboração do planejamento curricular e político-pedagógico da escola indígena são essenciais no sentido de congregar projetos societários, pois se trata de valorização da cultura, fortalecimento da identidade e desenvolvimento socioeconômico” (ÂNGELO, 2002, p. 69).

Referências

ÂNGELO, FNP de "A educação e a diversidade cultural". In: Cadernos de Educação Escolar Indígena — 3^o. Grau Indígena. n. 01, v.01. Barra do Bugres: Unemat, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05/10/1988

_____. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas - RCNEI. Brasília, 1998.

_____. Educação escolar indígena – consulta ao Conselho Nacional de Educação. Brasília, 1998.

_____. Plano nacional de educação – proposta do executivo ao congresso nacional. Brasília, 1998.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. (1994). A investigação qualitativa em educação. Porto Editora.

CANDAU, Vera Maria. Sociedade Educação e Cultura(s). *Questões e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOODY, J. Domesticação do pensamento selvagem. São Paulo: Editorial presença, 1988.

LARAIA, Roque de Barros – Cultura: um conceito antropológico/Roque de Barros Laraia – 13.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LDBEN -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /9394/96;

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22^a. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTENEGRO, M. M. Professor Caboclo, Manaus. BK Ed. 2006.

PAULA, E. D. A Interculturalidade no Cotidiano de uma Escola Indígena. Cadernos Cedes, ano XIX, n. 49. 1999.

SILVA, Aracy Lopes, e GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.) (1995): A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º graus. MEC. MARI. UNESCO. Brasília.

WEIGEL, Valéria Augusta de Medeiros. Escolas de branco em maloka de índio. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.